

Acumulação Entravada

Estrutura Urbana

SP

João Bonett

Prof.: Csaba Deák (orientador) - Sueli Schiffer - Nuno Fonseca



ACUMULAÇÃO ENTRAVADA E A ESTRUTURA URBANA DE SÃO PAULO

Acadêmico: João Bonett Neto
Orientador: Prof. Dr. Csaba Deák

Monografia apresentada à disciplina “O Mercado e o Estado na organização espacial da produção” (AUP-5840).

Professores: Dr. Csaba Deák
Dra. Sueli Schiffer
Dr. Nuno Fonseca

Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, FAU-USP.
São Paulo, Agosto de 2011.

*Desenho da capa: A Torre.
Nanquim sobre papel
21 x 29,7 cm
Pedro de Kastro, 2010.*

Sumário

I. Considerações iniciais	3
II. Desta terra, deste estrume	4
III. Mecânica da Babilônia	6
IV. Longa espera de Penélope	12
V. Meditação sobre o Tietê.....	23
VI. Referências	31

I. Considerações iniciais

Este trabalho faz parte de um esforço maior, que consiste no exame de dois distintos momentos históricos do planejamento urbano no Brasil, especialmente o caso de São Paulo, por meio do estudo do Plano Urbanístico Básico de São Paulo (PUB-1968) e do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE-2002), bem como, de seus respectivos contextos ideológicos. As próximas páginas constroem um arcabouço conceitual para uma abordagem sistemática sobre o objeto de estudo, apropriando-se, assim, dos rudimentos de um raciocínio que analisará particularidades de um todo.

Mais precisamente, explorar o particular a partir do geral é compreender a estrutura urbana no Brasil e seu planejamento como efeito da sociedade desse país, de modo que atribuir-lhe um significado passa, imperativamente, pela descrição do mecanismo de tal arranjo social. Para isso é preciso não apenas um conjunto de pensamentos criticamente concebidos sobre a realidade brasileira, mas, sobretudo, *um princípio* que os organize de modo consistente, dentro de uma *conjuntura evolutiva* e que conduza à *operabilidade de suas conclusões*.

Aqui, essa organização constitui um tecido de idéias, que se entrelaçam tendo por base os trabalhos de Csaba Deák sobre a reprodução da sociedade brasileira mediante seu peculiar modo de acumulação. Em seus trabalhos sobre a *dialética da acumulação entravada*, Deák desenvolveu uma interpretação do caso brasileiro que, devido à natureza sistêmica de seus argumentos e à preocupação em se desvencilhar de uma visão estruturalista ou dependentista, clarifica um liame teórico na relação entre diversos ensaios e observações, e não só estabelece um nexos com os *trabalhos de formação*, como também postula e demonstra uma crise derradeira para o modelo brasileiro, evidenciando a anteposição das forças internas como condicionantes na determinação de sua própria realidade.

II. Desta terra, deste estrume

Dessa terra e desse estrume é que nasceu esta flor.

Machado de Assis. *Memórias Póstumas*, 1881.

Em essência, *acumulação entravada* “é uma reprodução ampliada, em que parte do excedente produzido anualmente é incorporado à produção – acumulado –, enquanto outra parte é expatriada e fica assim perdido para o processo de acumulação”¹. Ao passo que em uma sociedade burguesa, pautado pela generalização da forma-mercadoria o processo capitalista transcorre desimpedidamente através de seus estágios de maturação, na sociedade brasileira, dita *Sociedade de Elite*, a primazia da generalização da forma-mercadoria é substituída por uma dinâmica que visa à manutenção de uma ordem social distinta da burguesa, a qual persiste desde os tempos da colônia por meio do incompleto desenvolvimento de suas forças produtivas, por isso o termo *acumulação entravada*.²

Tal processo foi engendrado dentro da própria sociedade colonial, cuja exploração e o controle da metrópole edificaram uma economia que se perpetua aos “arrancos”. Caio Prado Jr. bem define o aparato colonial no Brasil como uma organização produtiva voltada ao provimento do mercado europeu, substancialmente desvinculada das necessidades da população que a mantém e que desencadeia ciclos de prosperidade e miséria com a exploração extensiva de recursos até seu esgotamento e o reiniciar de outro circuito, o qual é motivado pelo contexto externo e a disponibilidade de novas áreas a receberem o mesmo tratamento³.

Uma interpretação semelhante é apresentada por Celso Furtado a respeito dessas expansões e colapsos recorrentes. Para tal autor, desde sua fundação como colônia, o

¹ DEÁK, Csaba. *Verbetes: Acumulação Entravada*. 2011.

² DEÁK, Csaba. *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980*. 1990. Pg. 31 e 32.

³ PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1942 Pg. 125 a 127.

Brasil vivenciou três séculos e meio de estagnação econômica com ciclos de ascensão e interrupção de seu desenvolvimento⁴.

Essa trajetória circular é a expressão do mecanismo pelo qual a metrópole portuguesa alcançou seus propósitos e re-impôs sua soberania. Trata-se de um antagonismo inerente a qualquer relação colônia/metrópole que consiste em aumentar o excedente – acumulando – e manter o domínio – impedindo a livre acumulação e evitando a transformação social –, o que, por sua vez, dá existência a um desenvolvimento contido das forças produtivas dominadas⁵.

Com superação do organismo colonial, tais forças podem se desenvolver nos moldes de uma nova sociedade. No entanto, no Brasil essa transformação tarda e se prolonga até a atualidade, juntamente com o enrijecimento de uma evolução social que, ao invés de marcar uma ruptura com a formação colonial, estabeleceu uma continuidade do mesmo funcionamento.

Embora não seja lícito dizer que a sociedade brasileira é a própria sociedade colonial, é dessa que aquela se ergue e é no fosso de seu alicerce colonial que permanece imersa. Nas palavras de Caio Prado, o Brasil contemporâneo é: “O passado colonial que se balanceia e encerra com século XVIII, mais as transformações que se sucederam no decorrer do centênio anterior a este e no atual”. Ainda, para o autor, essas transformações não são transformações acabadas, e sim vicissitudes daquela síntese inicial que permeiam a história brasileira com avanços e retrocessos⁶.

Por um lado, o Brasil adentrara, decididamente, uma nova era, lançando-se ao capitalismo⁷. Por outro, com atrofia do processo de acumulação, sustentado pelo seu mais primordial expediente de manutenção – a expatriação do excedente – o Brasil restaurara a base material de um arranjo originário da sociedade colonial.

⁴ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 1959.

⁵ DEÁK, Csaba. *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980*. 1990. Pg. 23 e 24.

⁶ PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1942. Pg. 10

⁷ Idem. *História Econômica do Brasil*. 1945. Pg. 193.

III. Mecânica da Babilônia

Venceu o sistema de Babilônia e o garção de costeleta.

Oswald de Andrade, 1946.

Com a Lei de Terras e a Lei Eusébio de Queiroz, ambas promulgadas em 1850, assentou-se as bases para o desenvolvimento capitalista no Brasil. A primeira privava da subsistência da terra a maior parte da população, pois instituía a compra como única forma de acesso a terra para uma gente desprovida de recursos, a qual, para sobreviver, passava a ser obrigada a vender sua força de trabalho. A segunda extinguiu, de fato, o tráfico interatlântico de escravos e eliminaria a escravidão da concorrência com o trabalho assalariado, abrindo assim, juntamente com a Lei de Terras, o caminho para a modificação das relações de produção⁸.

Tal modificação guarda profunda relação com diversas outras transformações, como a urbanização, a integração nacional e formação de uma força de trabalho assalariada, as quais deveriam levar o Brasil a conceber uma sociedade diferente daquela que havia se desenvolvido até então.

Deveriam, pois em tese, uma modificação das relações sociais é o que se espera com uma modificação das relações de produção. No entanto, o fato é que no Brasil uma modificação das relações de produção não se reificou e seu funcionamento consiste em um desvio da lógica da acumulação capitalista. Para que seja possível perceber as contradições existentes entre o que ocorre no Brasil e o que ocorre em uma sociedade realmente burguesa, é preciso que essas transformações sejam explanadas em maiores detalhes.

⁸ DEÁK, Csaba. *Prefácio a "o processo de urbanização no Brasil"*. 1999. Pg. 15 e 16.

Na verdade, como Deák bem esclarece, o desenvolvimento capitalista, o assalariamento e a urbanização são uma única coisa, e não somente eventos inter-relacionados⁹. Ou seja, sem meios de subsistência a não ser seu próprio trabalho, que agora se tornara uma mercadoria, os trabalhadores dirigem-se às cidades para vendê-lo e trocá-lo por um salário, com o qual adquirem os bens necessários para seu sustento, que, por sua vez, também passam a ser mercadorias, produzidos por meio do trabalho assalariado.

Assim, o que acontece, especificamente em tal caso, é uma tendência a transformar bens, serviços e trabalho em mercadoria, o que antes não o eram. Para ser mais completo: o que acontece é uma tendência à generalização da forma-mercadoria, o princípio motor de uma sociedade burguesa e o mecanismo segundo o qual a acumulação capitalista *desimpedida* toma existência.

Trata-se da tendência em acumular mais riqueza produzindo cada vez mais “valores de uso enquanto valores de troca”, ou seja, produzindo mais mercadoria. A princípio, é possível produzir mais mercadoria por meio do aumento da produtividade e por meio da transformação de tudo aquilo que *não era* mercadoria em mercadoria, estendendo o modo de acumulação capitalista às chamadas formas pré-capitalistas, em um processo conhecido como assalariamento. Por tal motivo esse estágio do desenvolvimento capitalista é chamado de extensivo.

Nesse processo inicial, o urbano passa a ser o espaço em que as mercadorias são produzidas e através do qual circulam. Uma vez que a generalização da forma-mercadoria é uma propensão à completa difusão de tal esquema, o território torna-se, então, cada vez mais interconectado e o espaço tende a ser inteiramente urbano, de tal

⁹ *Idem. Ibidem.*

modo que a distinção entre campo e cidade deixa de fazer sentido, e as várias regiões fragmentadas por poderes locais cedem lugar a territórios nacionais unificados¹⁰.

Para assegurar a continuidade desse processo, a organização social lança mão não apenas de métodos coercitivos explícitos, como a violência, mas também de um conjunto de valores e práticas sociais que, por trás de uma proposta universalmente aceita, veiculam os preceitos comportamentais de uma nova sociedade. Foram idéias como o racionalismo, a noção de liberdade e a de bem comum que justificaram todas essas transformações pelas quais o mundo passava com desenvolvimento capitalista, e foi por meio delas que se acomodou no espírito humano uma nova forma de viver em sociedade, pautada por uma nova forma de produzir em sociedade.

A ideologia, como é conhecida esse conjunto de idéias persuasivas, e mais precisamente a ideologia liberal, foi o instrumento que legitimou o desenvolvimento inicial do capitalismo, em seu estágio extensivo. Sua principal tese era a de que por meio do sistema de mercado – produção e intercâmbio de bens e serviços enquanto mercadorias – todas as necessidades humanas poderiam ser atendidas de modo mais eficiente e menos arbitrário, o que fomentaria uma sociedade mais bem-sucedida – por ser mais racional – e mais livre e igualitária – por prezar por novas relações sociais e produtivas –, e em que o Estado teria um papel, senão denegado, mínimo e completamente subalterno ao Mercado.

Em um segundo momento, no entanto, à medida que as possibilidades de extensão às formas pré-capitalistas esgotam, o processo de acumulação passa a contar apenas com o aumento da taxa de produtividade para a geração de mais mercadorias – um incremento, importa dizer, muito inferior ao obtido com o artifício do assalariamento. O modelo capitalista, então, entra em crise, tornando patentemente necessário que as forças produtivas sejam intensificadas, fortalecidas, a fim de que sua

¹⁰ Idem. *Verbete: urbanização*. 2011.

produtividade seja, portanto, elevada. Dessa maneira, esse segundo estágio é chamado de intensivo.

Um aumento substancial da produtividade requer, além do desenvolvimento e conservação de indústrias de suporte, o aparelhamento da força de trabalho por meio da pesquisa de base, do progresso tecnológico, da educação e, conseqüentemente, por meio da própria melhoria de seu nível de subsistência. Como a lógica do Mercado apresenta limites à mercadorização dessas atividades, o Estado as providencia na forma de infra-estruturas¹¹.

Infra-estruturas são elementos necessários para a existência do sistema de mercado – diga-se, do capitalismo – mas que, por natureza, não podem ser produzidos ou cambiados como mercadoria. Seja por não serem lucrativos, seja por não se ajustarem de algum modo ao sistema de mercado, o fato é que esses elementos não podem ser regulados pelo Mercado e seu provimento, portanto, só é possível por meio da atuação do Estado¹².

É certo que a infra-estrutura não é um elemento característico apenas do estágio intensivo. Desde seus primórdios o capitalismo esteve apoiado em alguma subvenção externa a sua dinâmica, a qual, de algum modo, sempre foi assegurada pelo Estado, como, por exemplo, a unidade e estabilidade monetária ou os próprios preceitos liberais. No entanto, com o início do estágio intensivo, a ação do Estado deixa de ser um fator subsidiário na promoção das transformações sociais, e torna-se o único expediente capaz de manter o desenvolvimento capitalista.

De tal modo, a ação do Estado dentro prática capitalista foi expandida, organizada e até preconizada, encontrando seu auge por volta da década de 1960. É justamente em tal contexto que surge o planejamento, e especificamente o planejamento urbano. Essa nova ferramenta pode ser entendida como a organização e formalização da

¹¹ Idem. *Verbete: Infra-estrutura*. 2011.

¹² Idem. *Ibidem*.

intervenção estatal na reprodução social, com o objetivo maior de garantir a reprodução da ordem capitalista, ao mesmo tempo em que desempenha a função de articular a retórica do bem-comum à sistemática capitalista¹³.

Da mesma forma que o desenvolvimento inicial do capitalismo contou com a ideologia liberal para justificar o assalariamento e suas outras transformações, seu estágio intensivo amparou-se na ideologia social-democrata para validar sua manutenção por meio da elevação do nível de subsistência da força de trabalho e do crescimento do Estado.

Com isso, a Social-democracia tem sido uma das proposições mais controversas da história do capitalismo. Primeiro por incorporar ao seu discurso seu principal antagonismo, o provimento de infra-estrutura pelo Estado – uma negação do princípio da generalização da forma-mercadoria. E, em seguida, por conduzir a um considerável aumento no nível de subsistência da força de trabalho, o que imprimi, de acordo com alguns teóricos, características socialistas a uma sociedade capitalista¹⁴.

De qualquer modo, em meio a essas vicissitudes a atuação do Estado cresceu imensamente, ao ponto de despertar o empenho reacionário que encontra expressão no Neoliberalismo. Como a atuação do Estado é antagônica ao funcionamento do Mercado, ainda que necessário a ele, seu recrudescimento constitui uma tendência à marginalização ou mesmo extinção de toda a produção regulada pelo princípio da mercadorização, o que, conseqüentemente, implicaria uma nova mudança nas relações produtivas e a própria exaustão do modelo capitalista. Assim, para preservar essa ordem, aquela tendência precisaria, de alguma maneira, ser revertida¹⁵.

Diante disso, a partir do final da década de 1970 empreendeu-se, principalmente nos grandes países capitalistas, uma campanha visando a “restituir” a preeminência do

¹³ *Idem. Verbete: Planejamento. 2011.*

¹⁴ *Idem. The PT in São Paulo. 2001*

¹⁵ *Idem. Verbete: Neoliberalismo. 2011.*

Mercado na dinâmica social. Tal movimento constitui uma forma ideológica conhecida como Neoliberalismo, que para alcançar seu objetivo, renega a construção social-democrata e o próprio processo histórico que atesta a insustentabilidade da tese que pretende defender.

Por meio de estratégias como as privatizações, a reação Neoliberal espera restabelecer ao Mercado as atividades incorporadas pelo Estado, legitimando seu esforço com argumentos sobre a eficiência do Mercado e a arbitrariedade, ou mesmo a irracionalidade do Estado. No entanto, uma vez que tais atividades só foram supridas pelo Estado devido à insuficiência do Mercado em mantê-las, a artificialidade da privatização não pode ser considerada o mesmo que a espontaneidade da mercadorização. Logo, sendo o Mercado falho na substituição do Estado, a prática da privatização só pode levar a uma deterioração do exercício dessas atividades, daí que a reafirmação do sistema de mercado é apenas aparente e passageira¹⁶.

Assim, a humanidade avança através do século XXI em meio a uma crise velada de sua organização social. Embora uma transformação sistêmica seja iminente e inevitável, uma contra-tendência busca, com termos e invenções como o “desenvolvimento sustentável”, mascarar ou prolongar uma estrutura que em si mesma é insustentável¹⁷.

Enfim, o Brasil, por sua vez, não esteve alheio a esse contexto, organizou-se como uma nação capitalista, e internalizou em suas instituições todas as formas ideológicas que vieram com o desenvolvimento de outros países, mas certamente seu funcionamento nunca correspondeu àquele modelo genérico de capitalismo.

¹⁶ *Idem. Ibidem.*

¹⁷ *Idem. Ibidem.*

IV. Longa espera de Penélope

Vós sois a Penélope da nossa república, disse ele ao
terminar; tendes a mesma castidade, paciência e
talentos. Refazei o saco, amigas minhas, refazei o
saco, até que Ulisses, cansado de dar às pernas,
venha tomar entre nós o lugar que lhe cabe.
Ulisses é a Sapiência.

Machado de Assis, *A sereníssima república*, 1882.

A partir de meados do século XIX, portanto, o Brasil adoesceu um padrão capitalista, urbanizou-se, constituiu um espaço nacional unificado e até incorporou uma ideologia própria do capitalismo, mas, apesar de tudo, é notável seu movimento contraditório.

Se em 1850 o Tráfico é proibido, somente quase 40 anos depois a escravidão é abolida. Se havia o desenvolvimento de uma força de trabalho assalariada, essa era empregada nas grandes lavouras em um regime “semi-servil” conhecido como colonato. Se o país integrava-se, entidades sub-nacionais o desarticulavam. Se estavam lançadas as bases para a industrialização, sua efetivação passava a ser constantemente retardada. E, enfim, se o país crescia e suas relações produtivas mudavam, o mesmo princípio de exportação agrícola continuava.

Desde 1831 há leis no Brasil teoricamente desfavoráveis à escravidão, mas somente em 1888 ela é de fato extinta. Essa procrastinação não possui outro sentido senão o de evitar uma transformação do arranjo social.

Atrás de uma discussão que levantava questões como perdas a serem indenizadas ou vantagens e desvantagens econômicas da escravidão, a verdade, como observa Celso Furtado, é que a Abolição não representava a criação ou a destruição de riqueza, mas sim a modificação da estrutura produtiva, à semelhança de uma reforma agrária, que significaria uma redistribuição da propriedade da força de trabalho, passando dos senhores aos indivíduos e acarretando, dessa maneira, aquela alteração das

relações de trabalho que preservavam as relações sociais¹⁸. Tal alteração foi evitada, como é possível constatar, até sua extrema condição de insustentabilidade.

Mesmo quando o trabalho escravo foi definitivamente substituído pelo trabalho assalariado, formas esdrúxulas foram usadas para desviar aquela mudança. Boris Fausto comenta que para “estabilizar” as relações de trabalho, que se desestruturavam com o fim da escravidão, foi de grande importância a solução encontrada no sistema de colonato, em que os trabalhadores eram empregados sob péssimas condições nas grandes atividades agrícolas e compensados, em parte, por um salário monetário e, em outra, pelo uso da terra cedida pelo fazendeiro para o cultivo de subsistência, o que constituía, assim, uma forma degenerada de trabalho assalariado¹⁹.

Isso, naturalmente, afasta-se de um modelo que prima pelo completo assalariamento e pela produção de bens enquanto mercadorias, quer dizer, afasta-se daquele preceito de generalização da forma-mercadoria, ao mesmo tempo em que se aproxima do sistema praticado até então.

Do mesmo modo, quando se imagina que em um processo baseado na generalização da forma-mercadoria o país teria um território nacional cada vez mais articulado, é possível perceber que essa não é a essência do capitalismo brasileiro.

Nesse sentido, Klara Mori sustenta a tese de que a formação do espaço nacional brasileiro não guarda vínculos com uma dinâmica de acumulação desimpedida, que levaria à superação das barreiras naturais, à unificação política e administrativa, e à completa urbanização e integração nacional, mas sim com uma particularidade que é nutrida pela constante reimposição das fronteiras administrativas, da qual, por sua vez, resulta a fragmentação e o isolamento espaciais tão característicos dos tempos coloniais²⁰.

¹⁸ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 1959.

¹⁹ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*.

²⁰ MORI, Klára Kaiser. *Brasil: urbanização e fronteiras*. 1996. Pg. 8 a 9.

Além disso, a resistência à industrialização, depois de todas as modificações institucionais que a possibilitaram, torna ainda mais evidente essa particularidade. Nícia Vilela Luz classifica a Primeira República em três momentos, nos quais reivindicações nacionalistas em prol da industrialização foram sistematicamente rechaçadas pela reação de *outros interesses nacionais*.

Trata-se das pretensões dos primeiros anos da República, sobrepujadas logo em seguida com crise financeira de 1898, pelo empenho daqueles que julgavam a indústria um artificialismo; do grande projeto protecionista do início do século XX, abandonado alguns anos mais tarde devido à grave oposição dos interesses regionais, do fisco e da lavoura cafeeira; e, a partir de 1907, da etapa na qual ao mesmo tempo em que a indústria luta por sua consolidação, também precisa escudar-se da culpa atribuída por boa parte do país, que acreditava ser ela a responsável pelo crescente custo de vida da população²¹.

Por fim, contraditoriamente a todas as mudanças estruturais ocorridas no Brasil, o mesmo “sentido da colonização” – o que constituía um organismo desenhado exclusivamente para produzir e fornecer os gêneros demandados pelo mercado internacional – permanecia incólume e imperativo sobre a evolução do país²².

Como destaca Emília Viotti: republicanos ou monarquistas, liberais ou conservadores, quase todos no Brasil possuíam em comum a atividade agrícola ou comercial voltada ao mercado internacional, e apesar das experiências industriais e o vislumbre de uma mudança, pouco era possível contra os seus interesses em manter a velha ordem. Discutia-se a respeito de formas de governo, de traçados viários e sobre posturas ideológicas, mas havia sempre a tendência a um acordo em relação à política

²¹ LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. 1960. Pg. 103.

²² PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1942. Pg. 30.

trabalhista, aduaneira e de crédito, de modo que os rumos do desenvolvimento nacional eram compactuados sem grandes conflitos²³.

Portanto, todas essas contradições não emanam da heterogeneidade de interesses, mas sim de uma formação social muito coerente. Trata-se de uma sociedade capitalista que, por meio de entraves ao seu próprio desenvolvimento como uma sociedade capitalista, busca preservar as relações sociais de origem colonial.

Como já defendido anteriormente, essas relações sociais são animadas pelas relações de produção. No entanto, no Brasil *capitalista*, tais relações de produção estão vinculadas a formas *pré-capitalistas*. Em oposição à psicologia social da primeira metade do século XX, que explicava o Brasil por meio da personificação do caráter nacional – como as idéias de *Homem Cordial*, psicologia senhorial da grande propriedade... – Roberto Schwarz comenta que a peculiaridade brasileira reside na especificidade de suas relações sociais, as quais são marcadas por instituições originárias da escravidão e, complementarmente, do clientelismo: relações objetivas, passíveis de serem estudadas e verificáveis em sua interiorização na produção artística²⁴.

Se essas relações sociais são objetivas, importa, antes de qualquer coisa, compreender sua matriz prática – as relações de produção que as estruturam – para que então seja possível estudá-las.

É nesse sentido que as teorizações de Deák são de grande valia para o entendimento do mecanismo brasileiro, ajudando a imprimir um caráter sistêmico a este conjunto de idéias exposto até aqui. Para Deák a sociedade brasileira é diferenciada no capitalismo pela incompleta transformação das relações sociais, decorrente do retardamento de seu estágio extensivo de desenvolvimento capitalista, o qual, por sua

²³ DA COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República*. 1998. Pg. 360-363.

²⁴ SCHWARZ, Roberto. *Intervenção no simpósio “Caminhos Cruzados: Machado de Assis pela crítica mundial”*. 26 de agosto de 2008.

vez, toma existência com a perversão do princípio da generalização da forma-mercadoria e sua inerente substituição pelo princípio da expatriação do excedente²⁵.

Algo análogo ao o que defende Chico de Oliveira em relação aos setores capitalistas da economia brasileira, que seriam sustentados com base e em detrimento de formas não-capitalistas. Para o autor, a especificidade brasileira emana da manutenção de formas não-capitalistas de relações de produção – principalmente no setor agrário e de serviços – que funcionariam como uma alavanca para a exploração capitalista por parte dos setores modernos da sociedade brasileira, tributando-lhes imensos ganhos por meio da criação e reprodução de uma “periferia” não-capitalista²⁶.

No entanto, para Deák esses imensos ganhos derivam antes da natureza do estágio extensivo de acumulação no Brasil, do que de um sistema de super-exploração. A co-existência de formas capitalistas e não-capitalistas é, de fato, uma característica marcante do modelo brasileiro, mas, ao invés de estar relacionada a um projeto de exploração, procede do atraso de uma transformação social²⁷.

Assim, o que acontece é um processo de acumulação entravada, em que a passagem para o estágio intensivo de desenvolvimento é propositadamente impedida. Uma vez que a velha ordem funda sua essência nas arcaicas formas de produção não mercadorizadas, o *status quo* é mantido pela inutilização de parte do excedente produzido para o processo de reprodução ampliada, com o fim de desacelerar o desenvolvimento e relegar o princípio da generalização da forma-mercadoria, por meio de sua expatriação em uma dinâmica semelhante à expatriação colonial²⁸.

Como esse excedente é obtido por produção assalariada e como o mesmo está sujeito ao princípio de sua maximização, parte dele deve alimentar uma parca acumulação que garanta o maior proveito da expatriação, sem, contudo, desencadear a

²⁵ DEÁK, Csaba. *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980*. 1990. Pg. 31 e 32.

²⁶ DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. 1972. Pg. 69

²⁷ DEÁK, Csaba. *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980*. 1990. Pg. 31.

²⁸ *Idem, Ibidem*. Pg. 32.

completa transformação das relações produtivas. Com isso, tal processo, em si mesmo, cria seu próprio antagonismo e precisa ser constantemente reimposto por meio de crises recorrentes, que desestruturam circuitos de crescimento e caracterizam aquele “desenvolvimento aos arrancos” observado por Caio Prado²⁹.

Os expedientes de reimposição desse funcionamento são evidentes em todas aquelas contradições apresentadas anteriormente, entre os quais podem ser destacados: limitações administrativas ou políticas e ausência de uma política de crédito e de tarifas visando a obstaculizar o desenvolvimento da indústria nacional; fragmentação e debilidade das infra-estruturas espaciais e de produção; produção nacional voltada à exportação de produtos primários, predominante sobre a produção de meios de produção e cujo valor é insuficiente para superar periódicas restrições na balança de pagamentos³⁰.

Essa dinâmica, naturalmente, afeta a qualidade burguesa da sociedade brasileira e é o que dá origem às suas peculiaridades. Como a lógica de mercado – o princípio da generalização da forma-mercadoria – não possui preeminência nas relações de produção da sociedade brasileira, a “função classificadora do Mercado” – que concretiza as instituições e os estratos sociais burgueses – esvazia-se de efetividade e cede lugar ao super-privilegiamento de determinados grupos que ostentam apenas um aspecto burguês, mas que, na realidade, fazem parte de uma composição muito distinta de uma sociedade burguesa, a qual pode ser designada: *Sociedade de Elite, diferente de burguesa*³¹.

É o que se nota principalmente em relação ao ideário burguês adotado no Brasil. Com exceção do Neoliberalismo em certa medida, todos os argumentos ideológicos nunca transcenderam a superficialidade de sua aparência e permaneceram sempre

²⁹ *Idem, Ibidem*. Pg. 32.

³⁰ *Idem, Verbete: Acumulação Entravada*. 2011.

³¹ FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 1973. Pg. 69-70

desvinculados da realidade que supostamente justificariam. Nessa acepção, segundo Schwarz, a elite brasileira é uma “desfaçatez de classe”, cuja ideologia burguesa é desprovida de qualquer sentido, mas estabelece com as instituições de origem colonial uma complementaridade que se encontra na raiz da nacionalidade brasileira³².

Ainda no plano ideológico reside um último entrave ao qual nem mesmo alguns dos estudiosos mais críticos puderam se desvencilhar, e cujo reconhecimento constitui a segunda grande contribuição que a teoria de Deák tem a agregar ao presente raciocínio. Trata-se das concepções que dispõem as causas de todo esse processo em entidades alheias à capacidade de intervenção brasileira.

Seja o determinismo de um processo natural de desenvolvimento – tese do estruturalismo cepalino – ou a dominação externa – como propõe a Teoria da Dependência – ambas as explicações para o “atraso” brasileiro, ao negar a gênese interna desse processo, são facilmente cooptadas pela ideologia comprometida com o *status quo*, pois, devido à inocuidade de suas conclusões, imobilizam qualquer ação política que possua como fim a reversão de tal quadro³³.

A partir da segunda metade do século XX, a argumentação estruturalista – que sustenta a espontaneidade de um processo de desenvolvimento marcado pelo embate de formas modernizadoras a incorporar e suplantar aquelas formas arcaicas e restritivas – sofre importantes críticas dos teóricos da dependência. Para autores como Chico de Oliveira o dualismo entre o moderno e o arcaico, entre formas capitalista e não-capitalista, não é constituído pela lógica da adversidade, mas sim por uma relação de complementaridade que motiva e legitima a super-exploração capitalista³⁴ e estaria

³² SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 1990. Pg. 38.

³³ DEÁK, Csaba. *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980*. 1990. Pg. 29.

³⁴ DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. 1972. Pg. 67

relacionada, por extensão do raciocínio, a uma dependência do capitalismo avançado ou às trocas desiguais do comércio internacional³⁵.

Entretanto, a Teoria da Dependência também não está isenta de revisão, e a verdade é que os males do Brasil possuem origem em um processo endógeno. Reconhecer a peculiaridade do processo brasileiro e a complementaridade entre formas modernas e arcaicas é um grande avanço, mas explicar os problemas do Brasil com o recurso à sua suposta submissão à vontade estrangeira, não apenas impossibilita uma interpretação contundente sobre tal realidade, como também esbarra em evidências contraditórias.

Basta para isso perceber que, mesmo no período colonial, a organização política do Brasil era dirigida por poderes locais que faziam frente à soberania da Coroa, mas que em raros momentos afastaram-se dos interesses metropolitanos³⁶. Em relação à conjuntura latino-americana, essa autonomia brasileira não encontra equivalente nas possessões espanholas, ainda assim, a colônia portuguesa, diferentemente da outra parcela do domínio ibérico, parece ter existido em incomparável placidez³⁷. Por fim, o próprio episódio da Independência, como assinala Emília Viotti, é caracterizado por um esforço organizado em um grupo de aristocratas que, ao invés de impugnar a velha ordem, pretendeu e materializou a emancipação do Brasil com a menor modificação possível na estrutura econômica e social da nação³⁸.

Para Deák, isso constitui um bloqueio premeditado da própria transformação e é justamente o que marca a especificidade da sociedade brasileira. As evidências acima corroboram a idéia de que, apesar da aptidão para determinar seu próprio curso, o Brasil manteve-se atrelado a uma conjuntura social que o sujeita ao contexto internacional,

³⁵ DEÁK, Csaba. *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980*. 1990. Pg. 29.

³⁶ PRADO, Caio Jr. *Evolução política do Brasil*. 1942. Pg. 27-30.

³⁷ DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. 1970. Pg. 52.

³⁸ DA COSTA, Emília Viotti, 1968 *apud* DEÁK, Csaba. *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980*. 1990. Pg. 25.

mas cuja origem e controle se processam internamente. Assim, o mesmo artifício que sustentava a dominação portuguesa é repetido, mas desta vez, com o simples intuito de estancar uma transformação social, tornando o que era antes um meio de controlar uma colônia, agora um fim, um compromisso com manutenção do *status quo*³⁹.

A sucessão de crises empenhadas na re-imposição do princípio da expatriação do excedente demonstra a capacidade de resiliência da sociedade brasileira⁴⁰. Recorrendo-se às comparações de Deák⁴¹ e Florestan Fernandes⁴² em relação à obra de Lampedusa, é como se a sociedade brasileira fosse semelhante à descrita no romance “O Leopardo”, em que um esforço de reorganização é sempre necessário para a perpetuação de um estado original de coisas: “Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude”, pois “O sono é o que queremos, e sempre odiaremos a quem quiser despertar-nos, nem que seja para nos trazer os mais belos presentes”⁴³.

Uma alegoria da imobilidade consciente, cujo um paralelo seria curioso traçar em relação ao conto de Machado de Assis a “Sereníssima República”. Trata-se de uma sociedade de aranhas que não pode dar fluidez a sua existência organizada devido a empecilhos criados por elas mesmas, estancando, por isso, no insucesso, à espera da “sapiência” transformadora⁴⁴.

Posto que a comparação seja bem fundada, essa esclerose, dirigida por uma fina flor determinada a não abrir mão da perene circunstância – nem mesmo pelos “mais belos presentes” – não deixa alternativas a quem procura respostas, a não ser culpar a elite brasileira por sua falta de “sapiência”, por sua atitude antiquada e, muitas vezes, subserviente que priva os brasileiros de sua perspectiva histórica. Parafraseando Mino

³⁹ DEÁK, Csaba. *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980*. 1990. Pg. 25.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*. Pg. 34.

⁴¹ Idem, *Ibidem*. Pg. 34.

⁴² FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 1973. Pg. 36.

⁴³ DI LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi. *O Leopardo*. 1956. Pg. 42 e 208.

⁴⁴ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *A sereníssima república*. 1882.

Carta: “Que mentalidade...”, quando a elite brasileira perceberá que seus interesses coincidem com os da nação?⁴⁵.

Ainda que uma explicação como essa esteja mais próxima de uma personificação do que de um entendimento objetivo, seu verdadeiro limite ao esclarecimento do mecanismo brasileiro não está na culpa que atribui a algo ou alguém, mas sim em sua incompletude. Mesmo que a elite brasileira seja beneficiada e possua interesse em manter certo estado de coisas, ela não deu origem ao processo, nem poderá dirigi-lo quando o fundamento material, que lhe permite fazê-lo, esgotar.

Para Deák, a dinâmica que respalda o super-privilegiamento da elite e retarda o desenvolvimento do Brasil não depende de uma classe dirigente, nem possui duração indefinida, pois é edificada objetivamente com base em um antagonismo corrosivo e determinante.

Uma vez que a expatriação do excedente só é possível sob altos ganhos – característicos do estágio extensivo – e considerando o fato de que a maximização do excedente implica uma acumulação interna mínima – mas progressiva –, o estágio extensivo da acumulação capitalista no Brasil é constantemente consumido e esgotado, de modo que sua crise é inevitável e já começa a tomar substância por volta dos anos 1980. Assim, o funcionamento da sociedade brasileira até então é posto em cheque: ou adentra de fato o estágio intensivo de acumulação, tornando-se uma sociedade realmente burguesa, ou deixa de acumular e perde sua condição capitalista. De qualquer maneira, a sociedade brasileira não poderia se perpetuar do mesmo modo como foi até hoje⁴⁶.

É como se aquela “periferia” postulada por Chico de Oliveira, ou mesmo a “massa inorgânica” observada por Caio Prado⁴⁷ formasse uma provisão limitada para a

⁴⁵ CARTA, Mino. *Que mentalidade!*. 2010.

⁴⁶ DEÁK, Csaba. *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980*. 1990. Pg. 35.

⁴⁷ PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1942. Pg.

conjuntura que conserva a *Sociedade de Elite*. A existência da sociedade brasileira está intrinsecamente vinculada a relações não-capitalistas de produção e, assim, a seu estágio extensivo de acumulação, por isso, o empenho em atrasá-lo constitui o princípio de uma estrutura que, enquanto for possível, pretende prosseguir.

Enfim, com tal explanação, espera-se que seja possível demonstrar a incompatibilidade da dinâmica brasileira em relação às idéias e projetos legitimamente burgueses, que justificam e preceituam a generalização da forma mercadoria através de todos os estágios do desenvolvimento capitalista. Embora o Brasil tenha se travestido de todas as formas ideológicas de uma sociedade burguesa, seu funcionamento como uma *Sociedade de Elite* o impossibilitou de representar seus verdadeiros interesses por meio delas⁴⁸.

Entretanto, ainda que o ideário Liberal e Social-Democrata nunca esteve, de fato, articulado à prática social no Brasil, no contexto Neoliberal sua sociedade parece ter encontrado amparo para sua estrutura. O Neoliberalismo, não por sua essência, mas sim por seu discurso, ajustou-se bem à realidade brasileira. Do mesmo que os partidários do Neoliberalismo pretendem negar a crise sistêmica do capitalismo, eliminando a evidência histórica por meio de neologismos e pseudo-conceitos⁴⁹, a *Sociedade de Elite* vale-se das mesmas construções – como o planejamento estratégico e as privatizações (diferente de mercadorização) – para legitimar as operações pontuais, a deterioração deliberada da infra-estrutura e a negação do princípio de generalização da forma-mercadoria, praticadas como outrora.

Imediatamente fica claro, portanto, a incontundência de propostas de intervenção na sociedade brasileira, concebidas sob o discurso de qualquer outro contexto ideológico, a não ser o Neoliberal. Ainda que no Brasil, com o Neoliberalismo não se

⁴⁸ Idem. *Verbete: Ideologia da elite*. 2011.

⁴⁹ Idem. *Verbete: Neoliberalismo*. 2011.

tenha alimentado sonho algum de estender o processo de generalização da formamercadoria ou de se reafirmar uma sociedade burguesa.

V. Meditação sobre o Tietê

Sarcástico rio que contradizes o curso das águas
E te afastas do mar e te adentras na terra dos homens,
Onde me queres levar?... (...)
Olha os peixes, demagogo incivil! Repete os carcomidos peixes!
São eles que empurram as águas e as fazem servir de alimento
Às areias gordas da margem.

Mário de Andrade, *A meditação sobre o Tietê*, 1945.

Como esboçado no início deste trabalho, qualquer exercício investigativo a respeito do processo urbano no Brasil é subsidiário a uma interpretação da conjuntura nacional. A partir da discussão construída com base na *dialética da acumulação entravada*, pretende-se coligir, dentro de um sistema teórico, hipóteses e observações sobre a estrutura urbana brasileira, especialmente a de São Paulo.

Seja por reproduzir em escala local os mesmos expedientes da escala nacional, seja por dar expressão aos efeitos da acumulação entravada sob a forma de um cotidiano embargado, São Paulo é claramente parte de um processo que permeia a existência da sociedade brasileira. No entanto, São Paulo também é o “centro” do suporte físico que essa sociedade organiza, e estudar a realidade urbana no Brasil sem considerar as relações estruturais estabelecidas com São Paulo seria trair o intuito teórico apresentado anteriormente, levando a conclusões particularistas, e por certo, incompletas.

A origem da condição central de São Paulo é fruto de circunstâncias casuais – como as Bandeiras, o café, a “posição geográfica”... – que pouco importam para uma explicação consistente, mas que, aliadas à dinâmica transformacional ocorrida no Brasil

como um todo a partir da segunda metade do século XIX, seriam determinantes para a configuração do espaço nacional.

Com a chegada definitiva do Brasil ao capitalismo, a velha economia colonial, constituída em seu ritmo “anda e pára” a serviço do comércio internacional com seus produtos primários, teria sido extinta, não fosse uma atualização que desviaria o curso do capitalismo no Brasil e delongaria sua reestruturação social. Nessa época, o café era o produto mais promissor da exportação brasileira e São Paulo seu maior produtor: condições propícias à persistência da antiga dinâmica, as quais fizeram de São Paulo o *locus* de um novo “ciclo econômico” – algo não muito diferente dos ciclos coloniais como o da cana, do ouro, do algodão e da borracha.

Ao repetir o mesmo esquema de antes, ao invés de promover sua articulação viária e fazer valer sua qualidade capitalista por meio da criação de um mercado nacional unificado, o País concentrou seus esforços na constituição de um sistema de transporte extremamente restrito, cuja única função era dar vazão ao fluxo das exportações. Trata-se das primeiras ferrovias que corriam paralelas de São Paulo ao litoral, ligando a produção de café aos principais portos de exportação⁵⁰.

Somente com a queda irrecuperável dos preços do café e a decadência de sua economia é que o Brasil, forçado por uma crise na Balança de Pagamentos, precisou reorientar sua economia para o mercado interno. A partir do final da década de 1950, a indústria automobilística então instalada no País, precisamente em São Paulo, não só propunha uma nova tecnologia de transportes, como também demandava a infraestrutura para utilização de seus produtos. Diante disso, em menos de 30 anos o Brasil interligou seu território por meio de rodovias, constituindo, finalmente, a condição

⁵⁰ DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli. *A Metrópole da Sociedade de Elite*. 2007. Pg. 11

necessária para um mercado nacional unificado e o desenvolvimento capitalista (Fig. 1)⁵¹.

Como a expansão da malha rodoviária ocorreu a partir de São Paulo, sua posição central em relação ao espaço nacional permaneceu e lhe permitiu fomentar uma indústria mais complexa e menos frágil do que a do café, uma vez que a demanda interna diferia substancialmente da internacional quanto à diversidade e o nível de sofisticação produtiva dos bens⁵².



Fig. 1 – Brasil: Rede pavimentada de estradas – 1964, 1980 e 1990.
Fonte: IBGE, in DEÁK e SCHIFFER (2007).

Com a rápida integração nacional e a concentração industrial – consequência também da crônica precariedade das infra-estruturas – São Paulo tornou-se um grande pólo de atração populacional, crescendo vertiginosamente a partir da década de 1970 (Fig. 2). Tal fenômeno social é uma decorrência do processo de assalariamento que, no caso brasileiro, drenou para São Paulo, de uma só vez, a imensa força de trabalho que havia sido preparada para o sistema capitalista de produção desde meados do século XIX⁵³.

⁵¹ *Idem, Ibidem*. Pg. 10

⁵² *Idem, Ibidem*. Pg. 11

⁵³ DEÁK, Csaba. *Prefácio a “o processo de urbanização no Brasil”*. 1999. Pg. 16.

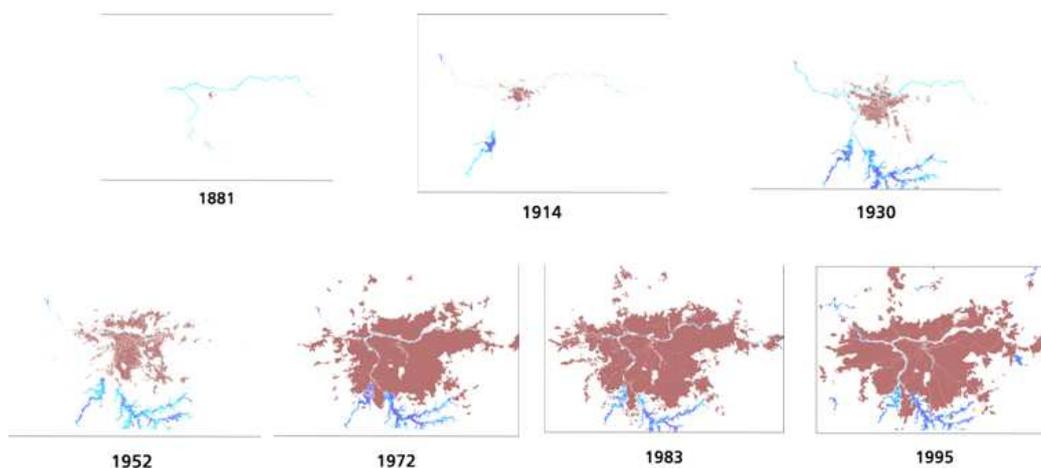


Fig. 2 – Crescimento da mancha urbana da aglomeração urbana de São Paulo.
 Fonte: SCHIFFER e DEÁK (2004).

Embora um grande número de trabalhadores tenha afluído a São Paulo motivado por uma repentina desobstrução do desenvolvimento capitalista, novos entraves reafirmaram o singular modo da acumulação brasileira que, seja por relegar o princípio da generalização da forma-mercadoria, seja por causa do deficiente nível de investimentos – cujos recursos necessários são de alguma maneira expatriados ou gastos de modo a re-impor aqueles mesmo entraves – impediu o imediato provimento de muitas necessidades urbanas sob uma forma assalariada de produção, assim como, o aumento do nível de subsistência dessa força de trabalho que convergia à Grande Cidade.

Surge, então, o que Chico de Oliveira chama de o processo de “criação e reprodução da periferia”, em que formas não capitalistas de produção passam a suprir precariamente aquelas demandas urbanas não atendidas⁵⁴, conseqüentes, defende-se aqui, do processo retardado de assalariamento.

Yvonne Mautner teoriza um arranjo entre formas capitalistas e não capitalistas na produção da cidade que representa bem a idéia de um processo de assalariamento limitado. Para a autora, a produção da cidade, especificamente da periferia de São

⁵⁴ DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. 1972. Pg. 67

Paulo, acontece mediante três camadas de trabalho. Em um primeiro momento, quando as abundantes necessidades da população precisam ser satisfeitas, ainda que debilmente, a terra é transformada por meio do “trabalho puro” ou “individual”: ocupa-se irregularmente e constroem-se, com uma grande parcela de trabalho não-assalariado como o mutirão ou a autoconstrução, casas e logradouros precários que seguem o mais próximo possível o padrão da cidade legal⁵⁵.

Em seguida, uma vez estabelecidos os assentamentos, a pressão criada pela demanda por serviços públicos e infra-estruturas leva o Estado a legalizar e intervir nos loteamentos irregulares, o que caracteriza uma segunda camada de trabalho, chamado pela autora de “trabalho coletivo”. Por fim, resta uma última transformação, marcada pela entrada do “capital” como a terceira camada de trabalho, em que os loteamentos são definitivamente incorporados à cidade e sua população original é forçada a reiniciar o processo em um ciclo que, dessa maneira, configura a “periferia como fronteira de expansão do capital” e só deve estancar com a completa extinção da coexistência entre formas capitalistas e não capitalistas, inerente ao estágio extensivo de um desenvolvimento entravado⁵⁶. A (Fig. 3) é uma ilustração eloqüente de tal argumento.

Se, por um lado, o mecanismo da acumulação entravada funda a precária existência da periferia de São Paulo, por outro, a deficiência crônica de investimentos por ela causada resulta o super-privilegiamento de sua elite, evidenciando a concentração de infra-estrutura que, muitas vezes – como expediente da acumulação entravada – é “estrategicamente planejada” em detrimento do nível de subsistência da força de trabalho e, assim, da própria aceleração processo de desenvolvimento capitalista.

⁵⁵ MAUTNER, Yvonne. *A periferia como fronteira de expansão do capital*. (In DEÁK, 1999). Pg. 256 e 257

⁵⁶ Idem. *Ibidem*. Pg. 256 e 257.

Basta uma análise da comparação abaixo (Fig. 4), na qual é possível perceber a concentração da infra-estrutura viária principal (metrô, em vermelho, e vias de categoria 1, em branco, no mapa da direita) na região de mais alta renda (em azul no mapa da esquerda). Note-se o trecho em construção do sistema de metrô (linha tracejada) completamente desconectado do traçado, o que demonstra a inconsistência das intervenções pontuais mencionadas acima, que acabam funcionando como entraves a um desenvolvimento desimpedido.

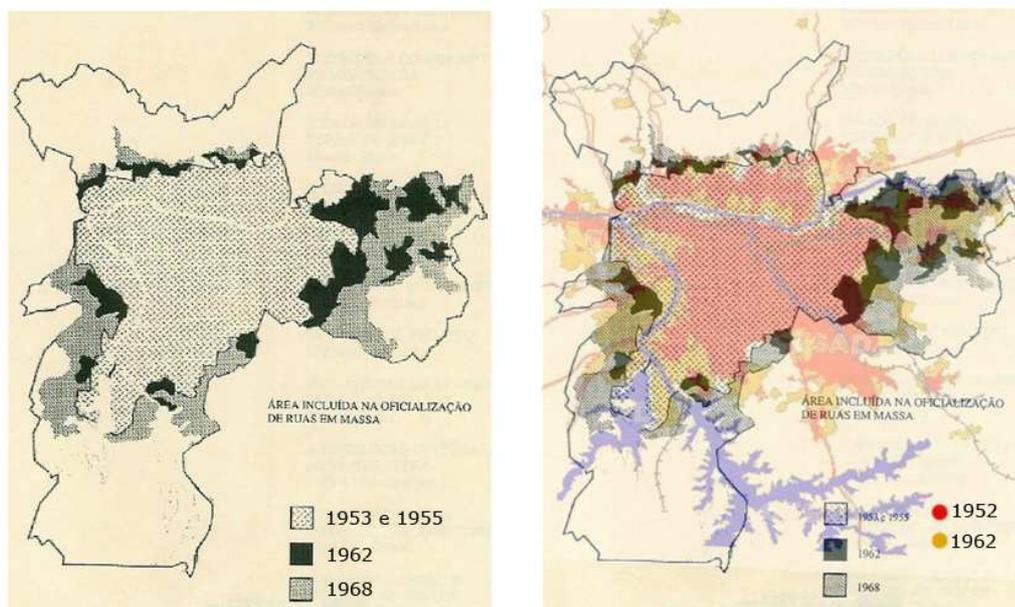


Fig. 3 – Legalização de loteamentos irregulares de São Paulo, Município (esq.) e aglomeração urbana (dir.). Fonte: ROLNIK (1997) e FONSECA (2011).

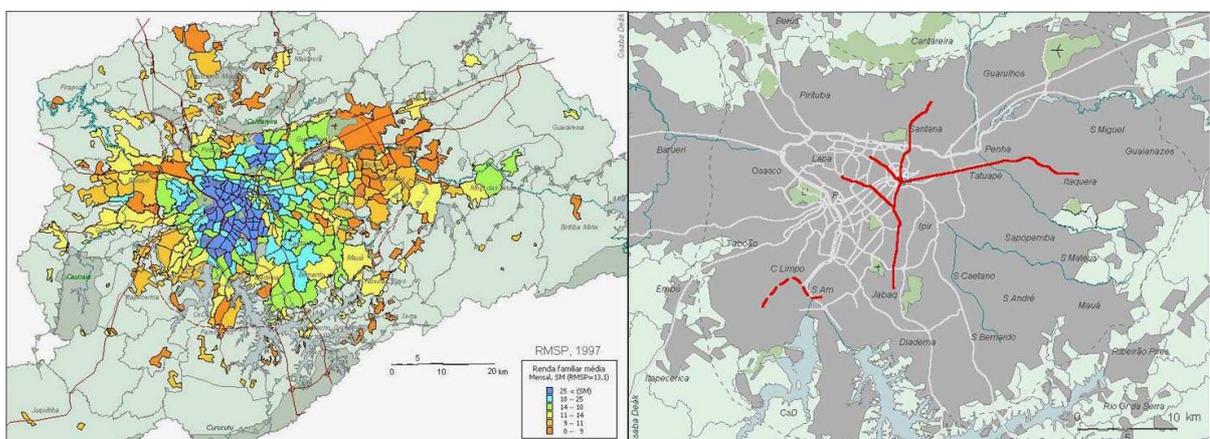


Fig. 4 – Distribuição da renda familiar por zonas homogêneas na RMSP (esq.) e estrutura viária principal (dir.). Fonte: DEÁK (1997) e (1999).

São também exemplos desses entraves locais as fragmentações administrativas de áreas que claramente implicam coesão no planejamento para que as ações estatais não sejam desprovidas de efetividade. Além do caso da Região Metropolitana de São Paulo, cuja institucionalização esbarra em questões de estruturação de poderes e autonomia municipal⁵⁷, experiências recentes demonstram como é possível a re-imposição de barreiras administrativas dentro dos próprios limites municipais⁵⁸.

Abaixo (Fig. 5) notam-se as recorrentes subdivisões administrativas do município de São Paulo, bem como, a falta de articulação entre suas propostas.

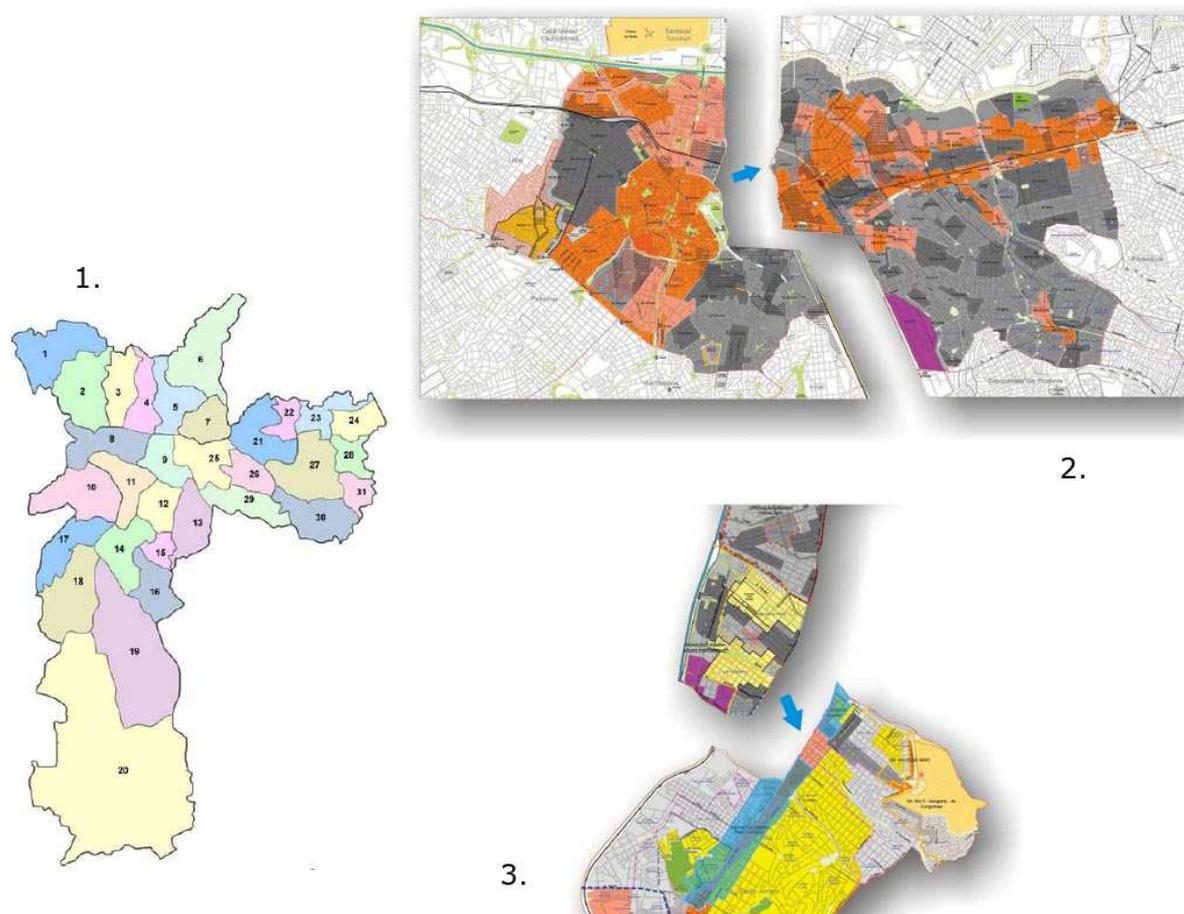


Fig. 5 – (1) divisão do Município de São Paulo em 31 sub-prefeituras; (2) divisão da área central em duas sub-prefeituras; (3) descontinuidade entre Planos Diretores Regionais. Fonte: FONSECA (2011).

⁵⁷ MORI, Klára Kaiser. *Brasil: urbanização e fronteiras*. 1996. Pg. 233.

⁵⁸ FONSECA, Nuno. *Notas de Aula*. 2011.

Enfim, todo esse funcionamento é processado de algum modo pelas experiências de planejamento urbano praticadas em São Paulo, desde seu advento com a incorporação da ideologia Social-democrata no Brasil até as recentes iniciativas de cunho Neoliberal. Entre essas propostas devem ser destacados seus dois exemplos mais dicotômicos em relação a tais contextos ideológicos: o Plano Urbanístico Básico de São Paulo (PUB-1968), concebido no auge do ideário Social-Democrata no Brasil, e o Plano Diretor Estratégico de São Paulo (PDE-2002), claramente vinculado a uma argumentação Neoliberal.

A partir da estrutura teórica construída até aqui, pretende-se realizar uma interpretação sistemática da história do planejamento urbano de São Paulo e, por extensão, do Brasil, ao demonstrar como propostas relacionadas a um contexto ideológico Social-Democrata, a semelhança do PUB-1968, não produziram qualquer efeito sobre a realidade urbana, tendo em vista sua completa incompatibilidade com o modelo de desenvolvimento cristalizado na essência da sociedade brasileira. Ao passo que aquelas ações ligadas ao Neoliberalismo, como o PDE-2002, devido a sua pertinência à acumulação entravada, foram prontamente incorporadas pela sociedade, não por sua correspondência com o intuito do Neoliberalismo, mas por suas construções que disfarçaram de novidade seu velho exercício.

VI. Referências

CARTA, Mino. *Que mentalidade!*. 2010. In Carta Capital, edição especial, Ano XV, Nº 600. São Paulo, 2010.

DA COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República*. 1998. 8ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. 1972. In DE OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista e o Ornitorrinco*. 1ª ed. 2003, 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

DEÁK, Csaba. *Acumulação entravada no Brasil e a crise dos anos 1980*. 1990. In DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. 1ª ed. 1999, 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. *Prefácio a “o processo de urbanização no Brasil”*. 1999. In DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. 1ª ed. 1999, 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2010.

_____. The PT in São Paulo. 2001. Disponível em www.fau.usp.br/deak. Acesso em Julho de 2011.

_____. *Verbetes: Acumulação Entravada*. Disponível em www.fau.usp.br/deak. Acesso em Julho de 2011.

_____. *Verbetes: Ideologia da elite*. Disponível em www.fau.usp.br/deak. Acesso em Julho de 2011.

_____. *Verbetes: Infra-estrutura*. Disponível em www.fau.usp.br/deak. Acesso em Julho de 2011.

_____. *Verbetes: Neoliberalismo*. Disponível em www.fau.usp.br/deak. Acesso em Julho de 2011.

_____. *Verbetes: Neoliberalismo*. Disponível em www.fau.usp.br/deak. Acesso em Julho de 2011.

_____. *Verbetes: Planejamento*. Disponível em www.fau.usp.br/deak. Acesso em Julho de 2011.

_____. *Verbetes: urbanização*. Disponível em www.fau.usp.br/deak. Acesso em Julho de 2011.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli. *A Metrópole da Sociedade de Elite*. Trad. Nuno Fonseca. Disponível em www.fau.usp.br/deak. Acesso em Julho de 2011.

DI LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi. *O Leopardo*. 1956. Trad. Leonardo Codignoto. 1ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. 1970. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2001. 2ª ed., 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 1973. 1ª ed. São Paulo: Zahar Editores, 1973.

FONSECA, Nuno. *Notas de Aula*. Disponível em www.fau.usp.br/deak. Acesso em Julho de 2011.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 1959. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. 1960. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *A sereníssima república*. 1882. In MACHADO DE ASSIS. *Papéis avulsos*, 1882. 1ª ed. São Paulo: Garnier, 1989.

MAUTNER, Yvonne. *A periferia como fronteira de expansão do capital*. In DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Orgs.). *O processo de urbanização no Brasil*. 1ª ed. 1999, 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2010.

MORI, Klára Kaiser. *Brasil: urbanização e fronteiras*. Tese de doutoramento. Professor Orientador Dr. Csaba Deák. Pós-graduação em Estruturas Ambientais Urbanas, FAU-USP. São Paulo, 1996.

PRADO, Caio Jr. *Evolução política do Brasil*. 1942. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1953.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1942. 23ª ed., 2004, 11ª reimpr. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

_____. *História Econômica do Brasil*. 1945. 48ª reimpr. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a Lei*. 1ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SCHIFFER, Sueli; DEÁK, Csaba. *Globalização e estrutura urbana*. 1ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2004.

SCHWARZ, Roberto. *Intervenção no simpósio “Caminhos Cruzados: Machado de Assis pela crítica mundial”*. 26 de agosto de 2008. Disponível em www.youtube.com/watch?v=BGIR1mfvEYU. Acesso em Julho de 2011.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 1990. 4ª ed., 2000, 3ª reimpr. São Paulo: Editora 34, 2008.